

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto: Credenciamento, sem exclusividade, de instituições financeiras legalmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços bancários de arrecadação das receitas públicas municipais, compreendendo tributos, taxas, dívida ativa e demais receitas**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

#### 1.1. Especificações

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento, sem exclusividade, de instituições financeiras legalmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços bancários de arrecadação das receitas públicas municipais, compreendendo tributos, taxas, dívida ativa e demais receitas, por meio de **Documento de Arrecadação Municipal – DAM**, em padrão **FEBRABAN**, inclusive com possibilidade de pagamento por **PIX**, com transmissão eletrônica de dados e prestação de contas.

1.1.2. A presente contratação fundamenta-se nos arts. 6º, inciso XX, 18, 74, inciso IV, 79, inciso II, 92, 117 e 124 a 126 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas normas do Banco Central do Brasil, nas orientações da **FEBRABAN** e demais legislações aplicáveis

1.1.3. Objeto: credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação dos tributos municipais (IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano; ISS – Imposto Sobre Serviços; ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis; Taxas e demais receitas), com prestação de contas com transmissão eletrônica de dados dos valores arrecadados, conforme Comunicado Febraban 015/2015.

1.1.4. Canal de recebimento dos carnês e/ou boletos

Serviço	Valor
Guichê de caixa	2,10
Rede lotérica ou similar	2,10
Internet	2,10
Auto atendimento	2,10



<b>Correspondentes bancários</b>	2,10
<b>Gerenciador financeiro</b>	2,10
<b>Banco postal</b>	2,10
<b>Débito em conta</b>	2,10

## 1.2. Justificativa da contratação

1.2.1. As receitas municipais são fundamentais para a sustentabilidade financeira do Município. Dentre elas, destacam-se os impostos e taxas, conforme estabelecido pela Constituição, que devem ser cobrados pelos municípios.

1.2.2. Para a municipalidade, os serviços de arrecadação de faturas/boletos assumem uma importância vital. Qualquer suspensão ou interrupção desses serviços pode causar o interstício do fluxo financeiro do município, com potenciais consequências graves para a gestão financeira e a manutenção de atividades essenciais.

1.2.3. A administração do Município possui competência e capacidade arrecadatória, mas não detém tecnologia ou instrumentos necessários para o recolhimento de suas receitas. Dependem para a arrecadação, assim, dos serviços executados por instituições financeiras, regulamentadas conforme os padrões determinados pela **FEBRABAN** e reconhecidas pelo Banco Central do Brasil.

1.2.4. O serviço de recolhimento de receitas municipais por intermédio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil confere à atividade arrecadatória da Administração Pública Municipal os atributos da eficácia, eficiência, economicidade e proporciona ao contribuinte ou usuário a possibilidade de selecionar livremente a instituição credenciada para a prestação do serviço.

1.2.5. Desta forma, nos termos do art. 18, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021, a contratação de serviços bancários de recolhimento de qualquer tipo de receita, por meio de suas agências ou conveniadas, em abrangência nacional, revela-se necessária dada a continuidade da atividade arrecadatória inerente à Administração Pública Municipal.

## 1.3. Da contratação

A contratação será realizada por meio de processo de credenciamento, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando a inviabilidade



de competição, sendo admitido o credenciamento de todas as instituições financeiras que atendam às condições previstas neste Termo de Referência e no respectivo Edital de Chamamento Público.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. As instituições interessadas deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, bem como autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento, mantendo todas as condições durante a vigência do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Demais requisitos citados no Estudo Técnico Preliminar.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)**

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, sem prejuízo da observância das informações contidas no Estudo Técnico Preliminar:

4.2. As instituições devem utilizar o **DAM (Documento de Arrecadação Municipal)**, emitido pelo Município, com número de controle único e formato padronizado, conforme normas estabelecidas pela Prefeitura, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento.

4.3. O Município não autoriza o recebimento do DAM com data para pagamento vencida, em nenhuma hipótese.

4.4. Os serviços serão prestados exclusivamente no estabelecimento do credenciado, com pessoal próprio, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

4.5. Todos os documentos de arrecadação serão autenticados, de forma que fiquem evidenciados, no mínimo, a identificação da instituição, a máquina utilizada, o número da operação, a data e o valor recebido.

4.6. A plataforma deve garantir segurança nas transações financeiras,



utilizando criptografia de dados e métodos de autenticação de usuário.

4.7. A escolha do estabelecimento prestador será feita exclusivamente pelos clientes do setor bancário, sem qualquer indicação por parte do Município ou condicionamento a outros serviços por parte da instituição financeira credenciada.

4.8. A Contratada repassará o produto da arrecadação no 1º (primeiro) dia útil posterior à data de recebimento (D+1), através de crédito, para a conta de arrecadação do Contratante formalmente especificada.

4.9. Caso fique constatado que houve repasse indevido de valores, por qualquer razão, a Contratada comunicará o fato ao Contratante e solicitará o reembolso da respectiva importância, mediante apresentação de pedido específico, acompanhado da documentação comprobatória da ocorrência.

4.10. O reembolso previsto no subitem anterior, quando expressamente autorizado pelo Contratante, deverá ser feito em até 15 (quinze) dias úteis, a partir da data da comunicação feita pela Contratada, mediante débito na conta de arrecadação.

## **5. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **5.1. Forma e Prazo de pagamento**

5.1.1. Os valores serão pagos aos prestadores de serviço devidamente credenciados/contratados, de acordo com os serviços efetivamente executados por cada contratado.

5.1.2. O Município efetuará o pagamento ao credenciado por unidade de serviço de arrecadação de tributos Municipais.

5.1.3. Pela prestação dos serviços, o Município pagará ao credenciado as tarifas apresentadas na proposta de preços deste instrumento, ficando o credenciado autorizado a debitar da Conta-Corrente do Município os valores devidos a título de tarifas, após o respectivo ingresso dos valores correspondentes arrecadados na conta da municipalidade.

5.1.4. Após disponibilização do crédito na conta do município, descontados os valores devidos a título de tarifas, o credenciado deverá remeter arquivo retorno do faturamento, no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

5.1.5. O débito das tarifas devidas pela CREDENCIANTE só poderá ser realizado após o crédito em conta.

## **6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**





## 6.1. Habilitação jurídica

6.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

6.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 6.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

## 7. Requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômico-Financeira

A instituição financeira interessada deverá apresentar documentação que



comprove:

- a) **Regular constituição e autorização de funcionamento**, mediante apresentação de ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado, ou documentos equivalentes, conforme o tipo societário;
- b) **Autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil** ou documento que comprove não estar em processo de intervenção, liquidação, insolvência ou falência;
- c) **Inscrição regular no CNPJ**;
- d) **Regularidade fiscal e trabalhista**, incluindo:
  - Certidões de tributos federais, estaduais e municipais;
  - Regularidade com FGTS;
  - Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
- e) **Idoneidade e ausência de sanções impeditivas**, não podendo a instituição estar suspensa, inidônea ou impedida de contratar com o Poder Público.

## **8. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

### **8.1. Das obrigações do Credenciado**

- 8.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.1.2. Entregar os serviços de acordo com as especificações contidas nas ordens de fornecimento que vier a receber;
- 8.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela fiscalização, quanto à execução do fornecimento;
- 8.1.4. Garantir a boa qualidade dos materiais entregues;
- 8.1.5. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal indicado na ordem de fornecimento, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 8.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



8.1.7. Manter, enquanto for credenciado, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação neste processo em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.8. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

8.1.9. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário ao atendimento das ordens de fornecimento recebidas;

## **8.2. Das obrigações do Contratante**

8.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, por meio de profissionais identificados nas ordens de fornecimento;

8.2.2. Fiscalizar a manutenção pelo Credenciado, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, enquanto permanecer credenciado, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.3. Notificar o Credenciado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Estima-se um valor anual de aproximadamente **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)** com os custos de tarifas bancárias.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da contratação e serão indicadas na nota de empenho.

## **11. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO / FISCALIZAÇÃO**

Com a finalidade de fiscalizar, fica a servidora pública municipal, Sra. Giovana Rocha Silveira, Supervisora de Programas, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 52.145.858-4 SSP/SP e inscrita no CPF nº. 472.972.518-28.



Tarumã, 23 de fevereiro de 2026.

**GIOVANA ROCHA SILVEIRA**  
**SUPERVISORA DE PROGRAMAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ/SP**

